

Ofício SindSaúde-SP

São Paulo, 08 de setembro de 2020

Exmo(a). Vereador(a),

O Projeto de Lei (PL) 529, de 2020, se aprovado da maneira como está, pode causar grandes riscos à saúde pública, pois propõe a extinção de importantes equipamentos para controle epidemiológico, para a reabilitação de pessoas com câncer de cabeça e pescoço e para o fornecimento de medicamentos a preços populares.

Com fim da Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), por exemplo, pode agravar o terrível momento que estamos enfrentando, tendo em vista que a autarquia é responsável pelo controle de doenças como a dengue, em municípios que não possuem equipes para realizar tal serviço, além de oferecer formação aos profissionais municipais e os insumos para o controle dos mosquitos *Aedes aegypti*, que transmitem a doença.

Segundo o último Boletim Epidemiológico, divulgado pelo Ministério da Saúde, foram notificados 905.912 casos de dengue no país, de 29 de dezembro de 2019 a 18 de julho deste ano, destes 433 pessoas não resistiram à doença e foram a óbito. São Paulo é o segundo estado com mais registros de casos, foram 205.616 notificações e 108 mortes. Sem a Sucen, imaginem como ficará a situação?

É importante lembrar que além do controle do vetor da dengue, zika e chikungunya, a Sucen faz o controle de animais que transmitem doenças como de malária, doença de Chagas, leishmaniose, esquistossomose, da febre maculosa, entre outros.

A Sucen já vinha sofrendo com o sucateamento por parte do governo há alguns anos, situação que foi agravada em agosto do ano passado, quando começaram as primeiras mudanças mais radicais na estrutura, como o organograma da Secretaria de Estado da Saúde, que criou a Coordenadoria de



Controle de Doenças (CCD), deixando a Sucen de lado e piorou com o anúncio do fechamento de 14 sedes e os setores.

Outra preocupação do SindSaúde-SP é como ficará a situação dos cerca de 80 trabalhadores que são contratados com recursos provenientes dos repasses financeiros do Ministério da Saúde, por meio da Programação Pactuada e Integrada Epidemiologia e Controle de Doenças (PPI-ECD), caso a Sucen seja extinta, já que o contrato foi estabelecido com a autarquia.

Fosp

No caso da Fosp, se o serviço for extinto, quem fará a reabilitação dos pacientes mutilados por câncer nas regiões da cabeça e pescoço? A fundação atende pessoas que além de terem enfrentado essa terrível doença, ainda lidam com a rejeição da sociedade, pois muitos perdem o nariz, os olhos e parte da face, e a reabilitação oferecida pela Fosp proporciona dignidade há quem passou por um tratamento agressivo.

A Fosp oferece um serviço especializado e de excelência, que atende a pacientes de todo o Brasil por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma desburocratizada, desenvolvendo órteses e próteses para quem não tem condições de pagar por um serviço como esse.

A fundação também possui um laboratório que atende a 540 unidades de saúde espalhadas pelo estado de São Paulo. Além disso, são realizados cerca de 250 mil exames de Papanicolau e 13,7 mil biópsias de colo, mama e pele por ano, sem contar os mais de 3 mil exames de imuno-histoquímica realizados por mês.

Acabar com esse serviço significa acabar com os 5 mil atendimentos, as 700 próteses e 150 novos pacientes anualmente de todo o país. Há pacientes que estão sendo acompanhados durante quase toda a vida por este serviço, que faz atendimento oncológico desde 1967.

Furp

A Furp produz medicamentos a baixo custo, que são distribuídos gratuitamente à população. Atende mais 3 mil municípios em todo país e seu fechamento poderia impactar negativamente a assistência à população, além disso afetaria os trabalhadores das duas fábricas (localizadas em Guarulhos e em Américo Brasiliense, no interior). Somente na Furp mais de 800 trabalhadoras e



trabalhadores temem perder seus empregos caso o Governador João Doria feche a fábrica.

Os trabalhadores já denunciaram à imprensa o sucateamento e o boicote que o governo está promovendo na fundação. Deixando de valorizar a matéria-prima e insumos produzidos pela Furp, comprando de empresas privadas.

Outra preocupação dos trabalhadores é que o estado deixe de produzir matérias-primas para medicamentos, como o sal para a produção de penicilina benzatina, que já esteve em falta no mercado em 2018 por problemas de manufaturamento.

A diretoria do SindSaúde-SP, enquanto representante das trabalhadoras e trabalhadores, cobra que o governo do estado deixe claro o que pretende fazer e que abra um espaço de diálogo para que as decisões não sejam tomadas de forma unilateral, sem que seja abordado as necessidades da população e dos trabalhadores.

Financiamento

E mesmo com a população adoecendo, em 2018, o Governo do Estado de São Paulo deixou de investir na Sucen R\$ 12.178.118,65, valor que havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) na Lei de Orçamentária Anual (LOA) *(veja o anexo elaborado pela subseção do Dieese, que trata do orçamento das instituições)*.

Desses R\$ 12 milhões, R\$ 7.810.170,71 que estavam previstos no orçamento anual para contratação de mais trabalhadoras e trabalhadores temporários para auxiliar no campo no combate aos vetores, não foram utilizados.

Mais uma vez, percebemos o descaso do governo do estado de São Paulo com a Saúde da população e com os profissionais que estão na ativa, pois estão sobrecarregados tendo que dar conta de locais onde os municípios não fazem a nebulização.



Sobrecarga e sucateamento

Segundo denúncias das trabalhadoras e trabalhadores ao SindSaúde-SP, o número de profissionais está diminuindo ao longo dos anos. Atualmente, são 1.225, na contramão do crescimento populacional.

Além disso, a Sucen está sucateada, as viaturas estão paradas sem conserto, os profissionais precisam voltar do trabalho para as sedes e setores da Sucen precisam de reformas, falta material de limpeza, café e até papel higiênico para os trabalhadores. De um lado falta dinheiro para novas contratações e para infraestrutura, de outro a gestão deixa de utilizar os R\$ 12 milhões que foram aprovados no orçamento.

Até os municípios estão por conta própria. Algumas prefeituras passaram a comprar os inseticidas e equipamentos de empresas privadas, sem a ajuda técnica da Sucen e aplicam inseticida, muitas vezes, de forma equivocada, não alcançando resultados eficientes.

Importância da Sucen

A Superintendência de Controle de Endemias foi criada pelo Decreto-Lei nº 232, de 17.04.70, alterado pelo Decreto-Lei nº 238, de 30.04.70, e pela Lei nº 1804, de 18.10.78. É uma Autarquia vinculada à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 46.063 e tem por finalidade promover o efetivo controle das doenças transmitidas por vetores e seus hospedeiros intermediários no Estado. Realiza pesquisas e atividades necessárias ao avanço científico e tecnológico cooperando técnica e financeiramente com os governos municipais (como executores das ações locais de controle) bem como os subsidiando no controle de artrópodes peçonhentos e incômodos e outros animais envolvidos na cadeia epidemiológica das doenças transmitidas por vetores.

A Sucen opera de forma articulada com os vários órgãos e instâncias que participam do Sistema Único de Saúde (SUS), pactuando os programas de controle das doenças transmitidas por vetores e hospedeiros intermediários entre elas: malária, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose visceral, leishmaniose tegumentar, dengue, febre amarela e febre maculosa e outras doenças transmitidas por vetores de importância epidemiológica.



Colabora em programas de pesquisa e ensino, e divulga tanto as informações referentes aos programas quanto à pesquisa e de ocorrências epidemiológicas.

A Sucen também desenvolve atividades de informação, educação e comunicação, visando mobilizar a população para participar das atividades de controle de vetores e hospedeiros intermediários.

Memória histórica

A Sucen é uma instituição de longa tradição, cujas origens remontam à Inspetoria de Higiene Pública da Província de São Paulo, criada em 1884.

Durante o Império, a higiene das cidades, a fiscalização da alimentação pública, a vigilância sobre o comércio marítimo, enfim, todas as atribuições da saúde coletiva estiveram a cargo dos municípios ou do Governo Imperial. Ambos, posteriormente, enfrentaram dificuldades para se desincumbirem dessas obrigações. Nenhum conseguiu obter resultados que fossem considerados plenamente satisfatórios.

A primeira constituição da República procurou inovar, designando os Estados, instâncias intermediárias entre o poder central e os municípios, como responsáveis pela gestão do conjunto de recursos destinados à higiene e saúde.

Estado de São Paulo, em 28 de outubro de 1891, instituiu o Serviço Sanitário para responder à população por tais questões e, posteriormente, regulamentou diversos aspectos de seu funcionamento e também estabeleceu que o Serviço seria auxiliado por uma rede de instituições.

Desse modo foram instalados o Laboratório de Análises Químicas, para acompanhar a qualidade sanitária dos gêneros alimentícios comercializados no Estado; o Laboratório de Bacteriologia, para o estudo da etiologia das epidemias, endemias e epizootias mais frequentes em São Paulo; o Instituto Vacinogênico, para os trabalhos de cultura da vacina animal contra a varíola e o Laboratório Farmacêutico, que deveria suprir a demanda por medicamentos das instituições públicas de saúde. A esta composição original, em 1893, foi acrescentada o Serviço Geral de Desinfecções que se destinava a executar a higiene profilática agressiva; o isolamento domiciliar dos portadores de



moléstias transmissíveis, a desinfecção de casas, veículos e objetos de uso pessoal e médico, a remoção de doentes, cadáveres, etc.

Durante sua existência, o Serviço Sanitário foi submetido a diversas reformas. Instituições foram desativadas, aglutinadas, modificadas ou ampliadas. Hoje, instituições como o Instituto Adolfo Lutz ou o Instituto Butantan são exemplos relevantes das alterações implementadas ao longo dos anos. O mesmo aconteceu com a Suceh.

Herdeira de atribuições exercidas pela antiga Inspetoria de Profilaxia do Impuludismo, pelo então Serviço de Profilaxia da Malária, pelo Serviço de Erradicação da Malária e Profilaxia da Doença de Chagas, pela Campanha de Controle da Esquistossomose, pela Superintendência de Saneamento Ambiental, a Suceh é, hoje, o órgão responsável pelo controle das questões sanitárias que atingem de forma endêmica a população do Estado de São Paulo.

Para tanto desenvolve os seguintes Programas:

- Controle de Dengue e de Febre Amarela.
- Controle de Malária.
- Controle de Doença de Chagas.
- Controle de Leishmaniose.
- Controle de Esquistossomose.
- Programa de Assessoria a Municípios.

Amplo e profundo conhecimento a respeito de tais endemias, suas formas e mecanismos de transmissão, locais e condições de ocorrência, meios e métodos de combatê-las constituem, entre outros aspectos, pressupostos necessários e indispensáveis para o desenvolvimento de tais atividades.

Além de valer-se de fontes externas, a instituição também tem contribuído para o estabelecimento e a ampliação de tal conhecimento com pesquisas realizadas por seus integrantes.